

EDUCAR PARA O CORPO E O CUIDADO: PERSPECTIVAS SOBRE SEXUALIDADE INFANTIL NA EDUCAÇÃO

**EDUCATING FOR THE BODY AND CARE: PERSPECTIVES ON CHILDHOOD
SEXUALITY IN EDUCATION**

**EDUCAR PARA EL CUIDADO DEL CUERPO: PERSPECTIVAS SOBRE LA
SEXUALIDAD INFANTIL EN LA EDUCACIÓN**

**Francisca Joelia Alves de Lucena¹, Josiane Brolo², Marileuza Duarte de Carvalho³, Manuela de
Lima Campos⁴, Maria Edjane Lima Freitas dos Santos⁵, Helen Arantes Martins⁶**

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.4985

Recibido: 16/03/2026 | **Aceptado:** 18/03/2026 | **Publicación en línea:** 30/03/2026.

RESUMO

A sexualidade infantil, embora constitua uma dimensão legítima do desenvolvimento humano, ainda é cercada por silêncios, tabus e interpretações equivocadas no contexto escolar, especialmente na Educação Infantil. A abordagem desse tema costuma ser evitada ou tratada de forma repressiva, reflexo de uma formação docente insuficiente e de uma visão adultocêntrica que associa sexualidade à erotização precoce. Diante disso, este artigo tem como objetivo investigar as percepções sobre sexualidade na Educação Infantil, analisando de que forma a escola compreende, enfrenta e media pedagogicamente as manifestações afetivas e corporais das crianças em seu cotidiano profissional, objetiva-se também propor práticas pedagógicas voltadas à educação sexual na Educação Infantil, compreendendo-a como uma dimensão fundamental dos direitos da criança, do cuidado, da afetividade e do respeito à corporeidade e à diversidade. Justifica-se este estudo pela necessidade de romper com discursos moralizantes e construir práticas pedagógicas fundamentadas no cuidado, na escuta e no respeito ao corpo infantil. A metodologia adotada é qualitativa, com base em revisão bibliográfica, considerando uma abordagem interpretativa. O referencial teórico fundamenta-se em autores como Michel Foucault, Sigmund Freud, Guacira Louro, Marisa Correa e Nel Noddings, que discutem a sexualidade como

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: joeliamestrado24@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5213-9290>

² Doutora em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.
E-mail: josiane.brolo@unir.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3294-3823>

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.
E-mail: marileuzaduarte38@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2275-1529>

⁴ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.
E-mail: profemanucampos@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4067-1246>

⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: eedjanes@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2313-8807>

⁶ Doutora em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.
E-mail: aranteshelen@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6042-4118>

construção social, histórica e relacional, além da dimensão ética do cuidado na prática educativa. Os resultados revelam caminhos promissores em que a sexualidade infantil é compreendida como expressão do desenvolvimento e do afeto, sendo mediada com escuta sensível, diálogo e respeito aos direitos da criança. Conclui-se que investir na formação docente, a partir de uma perspectiva crítica e ética sobre sexualidade, corpo e cuidado, é fundamental para promover ambientes educativos mais seguros, afetivos e inclusivos.

Palavras-chave: Sexualidade Infantil. Educação Infantil. Cuidado. Corpo. Formação Docente.

ABSTRACT

Childhood sexuality, although a legitimate dimension of human development, remains surrounded by silence, taboos, and misconceptions in school settings, particularly in early Childhood Education. Discussions on this topic are often avoided or addressed in a repressive manner, reflecting insufficient teacher education and an adult-centered perspective that associates sexuality with premature eroticization. This study examines perceptions of sexuality in Early Childhood Education, analyzing how schools understand, address, and pedagogically mediate children's affective and bodily expressions in everyday educational practices. It also proposes pedagogical approaches to sexual education in Early Childhood Education, understanding it as a fundamental dimension of children's rights, care, affectivity, and respect for the body and diversity. Addressing this issue requires challenging moralizing discourses and promoting pedagogical practices grounded in care, attentive listening, and respect for children's bodies. The study adopts a qualitative approach based on bibliographic review within an interpretative framework. The theoretical discussion draws on the contributions of Michel Foucault, Sigmund Freud, Guacira Lopes Louro, Marisa Corrêa, and Nel Noddings, who approach sexuality as a social, historical, and relational construction and discuss the ethical dimension of care in educational practice. The findings indicate ways of understanding childhood sexuality as an expression of development and affection, mediated through sensitive listening, dialogue, and respect for children's rights. The study concludes that investing in teacher education from a critical and ethical perspective on sexuality, the body, and care is essential for promoting safer, more supportive, and more inclusive educational environments.

Keywords: Childhood Sexuality. Early Childhood Education. Care Ethics. Body. Teacher Education.

RESUMEN

La sexualidad infantil, aunque constituye una dimensión legítima del desarrollo humano, sigue rodeada de silencios, tabúes e interpretaciones erróneas en el contexto escolar, especialmente en la Educación Infantil. Este tema suele evitarse o tratarse de forma represiva, lo que refleja una formación docente insuficiente y una visión adultocéntrica que asocia la sexualidad con la erotización precoz. Ante esto, el presente artículo tiene como objetivo investigar las percepciones sobre la sexualidad en la Educación Infantil, analizando de qué manera la escuela comprende, afronta y media pedagógicamente las manifestaciones afectivas y corporales de los niños en su día a día profesional; se propone, asimismo, sugerir prácticas pedagógicas orientadas a la educación sexual en la Educación Infantil, entendiendo -la como una dimensión fundamental de los derechos del niño, del cuidado, de la afectividad y del respeto a la corporeidad y a la diversidad. Este estudio se justifica por la necesidad de romper con los discursos moralizantes y

construir práticas pedagógicas fundamentadas en el cuidado, la escucha y el respeto al cuerpo infantil. La metodología adoptada es cualitativa, basada en una revisión bibliográfica, considerando un enfoque interpretativo. El marco teórico se basa en autores como Michel Foucault, Sigmund Freud, Guacira Louro, Marisa Correa y Nel Noddings, quienes abordan la sexualidad como una construcción social, histórica y relacional, además de la dimensión ética del cuidado en la práctica educativa. Los resultados revelan vías prometedoras en las que la sexualidad infantil se entiende como una expresión del desarrollo y del afecto, y se aborda mediante una escucha atenta, el diálogo y el respeto de los derechos del niño. Se concluye que invertir en la formación del profesorado, desde una perspectiva crítica y ética sobre la sexualidad, el cuerpo y el cuidado, es fundamental para promover entornos educativos más seguros, afectivos e inclusivos.

Palabras clave: Sexualidad Infantil. Educación Infantil. Cuidado. Cuerpo. Formación Docente.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A sexualidade, frequentemente compreendida de maneira restrita e adultocêntrica, é parte constitutiva do ser humano desde os primeiros anos de vida. A infância, enquanto fase de intensas descobertas corporais, afetivas e sociais, é atravessada por manifestações que envolvem a sexualidade em suas múltiplas dimensões — curiosidade pelo próprio corpo, pelos corpos dos colegas, desejos de afeto, prazer nos toques e trocas de carinho. No entanto, apesar de sua presença evidente, a sexualidade infantil ainda é cercada por tabus e silêncios no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil.

Esse desconforto costuma derivar da associação equivocada entre sexualidade e erotização precoce, o que frequentemente gera práticas de repressão ou omissão por parte dos educadores. Tal cenário é agravado pela ausência de uma formação docente adequada que possibilite o tratamento pedagógico de situações envolvendo o corpo, os afetos e as relações interpessoais na infância. Dessa forma, o corpo infantil — enquanto espaço de experiências, expressões e subjetividades — tende a ser negligenciado ou disciplinado de maneira autoritária, em vez de reconhecido como território legítimo de escuta, cuidado e respeito.

Por outro lado, os marcos legais e os documentos orientadores da prática pedagógica, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçam a importância de uma abordagem integral da criança, que contemple seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social. A

sexualidade, nesse contexto, deve ser compreendida não como um tema proibido, mas como dimensão da constituição ética e relacional dos sujeitos. Educar para o corpo significa também educar para o respeito aos limites, para a valorização das diferenças, para a autonomia e para a construção de vínculos afetivos saudáveis.

Este artigo tem como objetivo investigar as percepções sobre sexualidade na Educação Infantil, analisando de que forma a escola compreende, enfrenta e media pedagogicamente as manifestações afetivas e corporais das crianças em seu cotidiano profissional, objetiva-se também propor práticas pedagógicas voltadas à educação sexual na Educação Infantil, compreendendo-a como uma dimensão fundamental dos direitos da criança, do cuidado, da afetividade e do respeito à corporeidade e à diversidade. A partir de uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica, buscou-se compreender os sentidos atribuídos à sexualidade no cotidiano escolar e os desafios enfrentados na mediação pedagógica desse tema.

A justificativa para esta pesquisa reside na urgência de romper com o silêncio institucionalizado em torno da sexualidade infantil e promover reflexões que fortaleçam a formação docente nesse campo. Compreender como os educadores percebem e atuam diante das manifestações infantis relacionadas ao corpo e ao afeto é fundamental para construir práticas pedagógicas mais sensíveis, éticas e protetivas. Ao articular sexualidade e cuidado, pretende-se contribuir para a consolidação de uma pedagogia que reconheça as crianças como sujeitos de direitos, desejos e dignidade.

Acredita-se que discutir sexualidade com crianças pequenas não se trata de abordar conteúdos sexuais explícitos, mas sim de promover uma cultura de cuidado, que valorize o corpo como expressão de identidade, promova o respeito mútuo e fortaleça vínculos de confiança. Nesse sentido, repensar a prática docente à luz de uma pedagogia do cuidado e do reconhecimento pode contribuir para a construção de ambientes educativos mais sensíveis, democráticos e inclusivos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sexualidade é um aspecto constitutivo do ser humano e está presente desde o nascimento, manifestando-se de maneira singular em cada fase da vida. Na infância, essa presença se dá de forma não erotizada, mas vinculada à descoberta do próprio corpo, à construção da identidade, à busca por afeto e à experimentação do mundo por meio das sensações. No

entanto, a sociedade ainda tende a invisibilizar ou patologizar essas manifestações, como se a criança não fosse um sujeito de desejos, emoções e expressões corporais legítimas.

A compreensão da sexualidade como fenômeno histórico, cultural e discursivo foi profundamente elaborada por Michel Foucault. Em sua obra *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976), o autor mostra como a sexualidade é socialmente construída e regulada por práticas discursivas e institucionais: “A sexualidade não é um dado natural que a repressão viria obscurecer, mas um dispositivo estratégico que mobiliza saberes e poderes. Ela é produzida e organizada segundo relações históricas específicas de saber-poder” (Foucault, 1976). Essa leitura desmonta a ideia de que a sexualidade seria algo ‘natural’ a ser apenas ‘contido’ ou ‘disciplinado’, mostrando que os modos de falar, calar e agir diante da sexualidade – inclusive na infância – são sempre carregados de sentidos sociais e ideológicos.

No campo da psicologia e da psicanálise, Sigmund Freud (1905) já reconhecia a existência de uma sexualidade infantil, distinta da sexualidade adulta, marcada por pulsões parciais e voltada para a experimentação do prazer em diferentes zonas do corpo. Essa perspectiva, ainda que revolucionária, foi inicialmente recebida com escândalo, pois colocava em xeque a idealização da infância como fase “pura” e “inocente”.

Na contemporaneidade, autores como Correa (2003) e Saporiti (2008) alertam para a necessidade de se reconhecer a sexualidade infantil como expressão saudável de desenvolvimento e não como desvio ou anormalidade. Essa abordagem conecta a sexualidade ao cuidado e ao respeito, conceitos centrais para uma pedagogia sensível ao corpo e às emoções. A sexualidade não é, portanto, algo a ser ensinado como conteúdo isolado, mas algo que se vive nas relações, no contato cotidiano, nas regras de convivência, nos afetos trocados e nos limites aprendidos. Louro (2000) amplia esse entendimento ao propor uma leitura pós-estruturalista sobre as construções sociais da sexualidade: “O que consideramos ‘sexualidade normal’ ou ‘natural’ é, na verdade, resultado de práticas discursivas que regulam os corpos e os desejos”.

Oliveira (2012) reforça que abordar a sexualidade na infância não significa introduzir conteúdos impróprios ou erotizar as crianças, mas sim acolher as questões que surgem de forma espontânea e oferecer respostas que respeitem a etapa de desenvolvimento e os direitos das infâncias, segundo ela: “Educar para a sexualidade é educar para o afeto, para o reconhecimento de si e do outro. É ensinar, com delicadeza, que o corpo sente, que o corpo fala, e que é preciso respeitá-lo e protegê-lo”.

A sexualidade integra o desenvolvimento global da criança e se manifesta de forma espontânea e legítima desde os primeiros anos de vida. No entanto, ainda persiste uma tendência cultural de negar ou deslegitimar essas manifestações. Como afirma Jung (2004), “a sexualidade infantil é um processo contínuo, que se expressa por diferentes vias e que não pode ser reduzida à genitalidade”. Essa perspectiva amplia o olhar sobre o corpo da criança como território de experiências afetivas, relacionais e subjetivas.

A compreensão da sexualidade como dimensão natural da infância deve ser promovida com responsabilidade ética, sem repressão, mas também sem antecipação de conteúdos que pertençam à vida adulta. Em consonância com isso, Leite (2003) ressalta que: “Ao se ignorar a sexualidade infantil ou a tratar como um problema, corre-se o risco de não proteger a criança, mas sim de fragilizá-la.”

O corpo da criança é, portanto, expressão viva de sua subjetividade. O modo como a escola lida com essa dimensão revela sua concepção de infância: se como sujeito de direitos e desejos, ou como ser a ser silenciado. Nessa relação, a sexualidade aparece como campo de disputa entre o controle institucional e o reconhecimento da criança como sujeito ético e relacional.

Diane Papalia et al. (2010), em sua abordagem do desenvolvimento humano, destacam que a sexualidade na infância tem funções cognitivas e sociais: “Explorar o corpo e os corpos dos outros não é, para a criança, um ato sexualizado, mas sim uma forma de compreender o mundo, estabelecer vínculos, exercitar a empatia e construir identidade”.

Reconhecer a sexualidade como dimensão humana é, portanto, reconhecer a criança como sujeito de direitos, desejos, curiosidades e afetos. Essa perspectiva é fundamental para romper com as lógicas punitivas e adultocêntricas que ainda predominam em muitas práticas educativas.

Nesse sentido, torna-se urgente superar os mitos que associam qualquer manifestação corporal da criança a comportamentos “impróprios” ou “precoces”. Para Aranha (2003), a sexualidade deve ser considerada parte do projeto pedagógico da escola, não como tema tabu, mas como componente transversal da formação.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece a importância de trabalhar, desde a Educação Infantil, temas como o cuidado de si, a construção da identidade, o respeito às diferenças e os direitos das crianças. A proposta da BNCC enfatiza que o trabalho com o corpo deve ir além da motricidade e contemplar aspectos emocionais e relacionais: “É

essencial considerar o corpo como forma de expressão, interação, comunicação e aprendizagem, respeitando a individualidade de cada criança e valorizando a diversidade” (BNCC, 2017).

Essa diretriz reforça o papel da escola na promoção de uma educação que envolva o cuidado, a afetividade e a ética nas relações. No entanto, o que se observa é que muitos educadores não se sentem seguros para mediar questões que envolvem sexualidade, muitas vezes por falta de formação inicial e continuada. Como afirma Silva (2010): “A sexualidade, quando surge no contexto escolar infantil, é muitas vezes ignorada ou reprimida. Isso ocorre não por maldade dos educadores, mas por insegurança, medo e ausência de referenciais teóricos consistentes que deem suporte às ações pedagógicas”.

Apesar dos avanços nas políticas educacionais que reconhecem o corpo e a sexualidade como temas educativos — como nos Referenciais Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular —, ainda há resistência no ambiente escolar em trabalhar tais conteúdos. Muitos educadores expressam medo, insegurança ou falta de preparo para abordar manifestações de sexualidade na infância, sobretudo quando envolvem curiosidade corporal ou expressões de afeto entre pares. Gallo (2003) destaca que: “A escola é um espaço marcado por práticas normativas que atuam sobre os corpos das crianças, regulando sua movimentação, seus gestos e até seus afetos”.

Em muitas situações, professores relatam que evitam intervir ou tratar o assunto abertamente com as crianças, por receio da reação das famílias ou por dúvidas sobre os limites legais e éticos. Isso resulta em práticas de silenciamento pedagógico, nas quais o corpo e a sexualidade são tratados como “assuntos impróprios” ou “problemas a evitar”, o que contradiz as diretrizes oficiais da educação infantil.

Bento (2006) aponta que esse silêncio institucional contribui para a construção de um currículo oculto, que ensina sem dizer, por meio de gestos de repressão e correção moral: “O que não se diz em sala de aula também educa. O que é silenciado ensina sobre o que é vergonhoso, perigoso ou indesejado”.

Além disso, existe uma tendência de responsabilizar exclusivamente a família por esse tipo de formação, como se o espaço escolar não tivesse papel algum na constituição dos sujeitos. Essa divisão, além de artificial, desconsidera que as crianças vivem experiências afetivas e corporais intensas na escola — onde passam boa parte de seu tempo e constroem vínculos significativos.

Anete Abramowicz (2011) destaca que negar a sexualidade infantil é também negar a criança como sujeito integral: “Negar a sexualidade na infância é fragmentar o sujeito. É desconsiderar que o corpo é vivido e sentido desde muito cedo, e que as interações sociais e afetivas são permeadas por toques, olhares, desejos e emoções”.

A atuação pedagógica diante dessas questões exige um olhar atento e empático, que entenda que manifestações como a curiosidade sobre o próprio corpo, os toques entre colegas ou as perguntas sobre diferenças anatômicas não são desvios, mas oportunidades educativas. Como aponta Kleiman (2006): “O professor não deve reprimir essas situações, mas aproveitá-las para dialogar com as crianças, de maneira lúdica e respeitosa, sobre os limites do corpo, o respeito ao outro, a privacidade e o consentimento”.

Trabalhar com a sexualidade infantil na escola é, portanto, um ato de resistência contra o silenciamento e a naturalização da ignorância. É também uma forma de prevenção da violência sexual, pois crianças bem informadas e acolhidas são mais capazes de identificar e denunciar situações abusivas. A escola, junto com a família e outros espaços de socialização, deve construir redes de proteção e cuidado.

Diante disso, torna-se essencial que as políticas de formação docente incorporem discussões sobre sexualidade, gênero, corpo e afetividade. Como argumenta Louro (1997): “Formar professores é, também, formar olhares sobre o corpo, sobre o desejo e sobre a diferença. É preciso desnaturalizar o que parece óbvio e abrir espaço para pensar a sexualidade como parte da experiência humana desde os primeiros anos”.

Jorge Larrosa Bondía (2002), ao refletir sobre a presença na relação educativa, afirma: “Cuidar é estar presente de verdade. Não apenas no plano físico, mas na escuta, na percepção do outro”. Essa escuta atenta é essencial quando se trata da sexualidade infantil, pois as crianças nem sempre conseguem verbalizar o que sentem, o que as incomoda ou o que precisam. É no cotidiano – em uma troca de roupa, numa brincadeira simbólica ou numa conversa espontânea – que muitas situações emergem. Nesses momentos, o educador precisa estar preparado não para censurar, mas para dialogar com delicadeza e oferecer segurança.

Como afirma Leite (2003): “O professor que acolhe o corpo da criança como parte legítima do processo educativo ensina, na prática, o respeito aos próprios limites e aos do outro”. Cuidar do corpo, nesse contexto, é ensinar sobre privacidade, consentimento, empatia e limites. É formar crianças autônomas, conscientes de si e do outro — e essa formação começa com a forma como o educador se relaciona com os corpos e afetos infantis no cotidiano da sala de aula.

Dalmo de Abreu Dallari (2007), especialista em direitos da infância, reforça que o cuidado com o corpo também é um ato de proteção social: “O direito à integridade física e emocional começa na infância. Respeitar o corpo da criança é ensiná-la a respeitar os seus próprios limites e os dos outros. A escola tem papel estratégico na formação dessa consciência”.

Leonardo Boff (1999), em sua concepção de cuidado como valor universal, oferece uma síntese poderosa: “O cuidado é mais do que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais do que um momento de atenção, de zelo ou de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro”.

Essa atitude é essencial para que o professor possa intervir, orientar e acolher expressões da sexualidade infantil com segurança, evitando tanto a repressão quanto a permissividade. É um caminho de equilíbrio, que exige formação, reflexão crítica e, sobretudo, disponibilidade emocional.

Educar para o corpo e para a sexualidade, portanto, significa construir práticas que envolvam cuidado real, relações de confiança e respeito mútuo. Significa ensinar, desde cedo, que o corpo tem valor, que os limites existem, e que o afeto pode ser vivido de forma saudável e respeitosa. Esse é o verdadeiro sentido de uma pedagogia do cuidado – aquela que transforma o cotidiano da escola em espaço de acolhimento, escuta e formação integral.

É importante salientar que a construção de práticas educativas que abordem a sexualidade infantil de forma ética e pedagógica exige uma ação articulada entre escola, família e rede de proteção social. Por isso, pensar em didáticas sexuais na Educação Infantil requer uma corresponsabilidade entre os diferentes agentes que atuam na formação da criança.

A família, como primeiro espaço de socialização, desempenha papel fundamental na construção da imagem corporal, da autoestima, dos vínculos afetivos e das noções de respeito e cuidado. No entanto, muitas famílias, por questões culturais, religiosas ou emocionais, evitam falar sobre sexualidade com seus filhos, acreditando que esse tema não é apropriado para a infância. Essa postura, como destaca Ariès (1981), está enraizada em uma concepção histórica da infância como período de pureza e inocência, desprovida de desejos ou expressões sexuais — o que reforça o tabu em torno da sexualidade infantil.

Dessa forma, é essencial que a escola assuma um papel propositivo e dialógico com as famílias, explicando com clareza os objetivos das práticas educativas relacionadas ao corpo e à sexualidade. Como destaca Aranha (2003): “a omissão da escola pode ser tão prejudicial quanto

uma intervenção moralista e repressiva”, pois impede a criança de acessar informações fundamentais para sua proteção, autonomia e bem-estar.

Paralelamente ao trabalho com as famílias, é imprescindível que a escola articule-se com a rede de proteção à infância, composta por profissionais da saúde, assistência social, psicologia, conselhos tutelares e demais órgãos públicos responsáveis pela defesa dos direitos das crianças. Essa articulação é fundamental, sobretudo, nos casos em que surgem indícios de situações de abuso, negligência ou violação de direitos. Como aponta Bento (2006), a escola é atravessada por normas institucionais e sociais que regulam os corpos e os discursos, e cabe aos profissionais resistirem ao silêncio institucionalizado, promovendo uma cultura de escuta e cuidado.

A implementação de abordagens pedagógicas relacionadas à sexualidade na Educação Infantil exige a construção de práticas que articulem fundamentação teórica, sensibilidade ética e respeito às linguagens próprias da infância. Não se trata de introduzir conteúdos erotizados ou antecipar discussões próprias da vida adulta, mas de reconhecer que o corpo, o afeto e a curiosidade integram o desenvolvimento infantil e, portanto, fazem parte do cotidiano escolar.

A literatura especializada aponta que a mediação docente pode ocorrer por meio de recursos lúdicos e simbólicos, como narrativas, dramatizações, atividades de expressão corporal e rodas de conversa. Tais estratégias permitem abordar temas como respeito aos limites do corpo, consentimento, diversidade e cuidado de maneira compatível com a etapa de desenvolvimento das crianças. Conforme argumenta Oliveira (2012), educar para a sexualidade implica ensinar, com delicadeza, que o corpo sente, comunica e deve ser protegido.

Louro (2000), ressalta que a escola desempenha papel relevante na construção dos significados atribuídos ao corpo e à normalidade, podendo tanto reproduzir estigmas quanto promover o reconhecimento da diversidade. Nesse sentido, práticas pedagógicas que valorizem a escuta, o diálogo e a expressão simbólica contribuem para o fortalecimento da autoestima, da empatia e da consciência corporal.

A insegurança relatada por muitos profissionais evidencia a necessidade de espaços de estudo, reflexão e construção coletiva de orientações que ofereçam segurança pedagógica. A Base Nacional Comum Curricular (2017) reforça que o trabalho com o corpo na Educação Infantil deve contemplar dimensões físicas, emocionais e relacionais, ampliando a compreensão da criança como sujeito integral.

Desse modo, a mediação da sexualidade na Educação Infantil exige uma pedagogia do cuidado, fundada na escuta atenta, na ética das relações e no reconhecimento da criança como

sujeito de direitos. Mais do que atividades isoladas, trata-se de uma postura educativa que se manifesta nas interações cotidianas e na forma como o educador acolhe perguntas, brincadeiras e manifestações corporais.

METODOLOGIA

O presente artigo deriva de pesquisa qualitativa realizada no âmbito de um Mestrado Profissional em Educação, desenvolvida em uma escola pública municipal de Porto Velho (RO), com professoras da Educação Infantil. A investigação teve como objetivo compreender como docentes percebem e mediam manifestações relacionadas à sexualidade infantil no cotidiano escolar.

Participaram da pesquisa nove professoras, com idades entre 42 e 58 anos e tempo de experiência variando entre 3 e 25 anos na docência. A coleta de dados foi realizada por meio de formulários com questões abertas e escalas de concordância, entrevistas semiestruturadas e observação participante em contexto escolar.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas às concepções docentes, às práticas pedagógicas e aos desafios enfrentados na abordagem da sexualidade na infância. As categorias emergentes foram posteriormente interpretadas à luz do referencial teórico adotado, especialmente das contribuições de Michel Foucault acerca dos regimes de verdade e dos dispositivos de poder que atravessam os discursos sobre sexualidade.

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos para investigações com seres humanos, garantindo o anonimato das participantes e a confidencialidade das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados produzidos na pesquisa evidenciou que as docentes participantes reconheciam a relevância da temática da sexualidade na Educação Infantil, especialmente no que diz respeito à proteção das crianças contra situações de abuso e violência. A maioria das respostas associava a abordagem do tema à necessidade de ensinar limites corporais, identificação de partes íntimas e diferenciação entre toques adequados e inadequados. Nesse sentido, a sexualidade era compreendida, prioritariamente, como campo de prevenção e segurança.

Esse resultado revela um deslocamento significativo em relação a perspectivas mais tradicionais que simplesmente negavam a existência da sexualidade infantil. No contexto investigado, não se observou negação explícita, mas uma reorganização discursiva que enquadra a sexualidade sob a lógica do risco. A mediação pedagógica tende a tornar-se legítima quando vinculada à proteção da integridade física e emocional da criança, configurando-se como estratégia de enfrentamento da violência. Assim, a temática ganha espaço institucional quando articulada à defesa e à segurança.

Entretanto, essa predominância do discurso preventivo também indica uma delimitação do campo de atuação docente. A sexualidade, ao ser reduzida quase exclusivamente à dimensão do perigo potencial, deixa de ser abordada em sua complexidade como dimensão constitutiva do desenvolvimento humano. Aspectos relacionados à construção da identidade corporal, à expressão de afetos, à curiosidade espontânea e às interações entre pares aparecem de forma secundária ou pouco explorada nas práticas relatadas.

Observou-se, ainda, que as professoras demonstravam maior segurança ao trabalhar conteúdos relacionados à autoproteção do que ao lidar com manifestações espontâneas da sexualidade infantil no cotidiano da sala de aula. Enquanto atividades voltadas à prevenção eram descritas com clareza e convicção, situações que envolviam curiosidade corporal ou demonstrações de afeto entre crianças geravam respostas mais cautelosas e menos sistematizadas. Tal assimetria evidencia que a legitimidade pedagógica da sexualidade está condicionada à sua associação com a proteção.

À luz das contribuições de Michel Foucault (1976), essa dinâmica pode ser compreendida como efeito de um regime discursivo que organiza a sexualidade infantil sob o prisma da vigilância e do controle. Ainda que o discurso protetivo esteja fundamentado em uma ética do cuidado, ele também participa de um dispositivo que regula os corpos e define as fronteiras do aceitável no espaço escolar. Reconhece-se a sexualidade, mas sob condições específicas: quando enquadrada como objeto de prevenção e não como dimensão relacional e afetiva da experiência infantil.

Essa centralidade da proteção, portanto, não deve ser interpretada como ausência de compromisso pedagógico, mas como expressão de uma formação docente atravessada por discursos sociais que associam sexualidade infantil a perigo, moralização e responsabilização institucional. Ao priorizar a prevenção, a escola busca resguardar a criança e, simultaneamente, proteger-se de possíveis conflitos externos. O cuidado, nesse contexto, aproxima-se do controle,

configurando uma tensão que atravessa as práticas educativas e delimita as possibilidades de abordagem da temática.

A análise das entrevistas e dos formulários revelou que, embora as docentes reconhecessem a importância da temática da sexualidade infantil no contexto da Educação Infantil, suas práticas eram atravessadas por sentimentos recorrentes de insegurança, receio e autocontenção. A abordagem do tema não se apresentava como recusa explícita, mas como cautela permanente, marcada pelo temor de interpretações equivocadas por parte das famílias, da gestão escolar ou da comunidade.

Esse dado mostrou-se particularmente significativo, pois evidenciou que o silêncio não se configurava apenas como ausência de fala, mas como estratégia de autoproteção profissional. As professoras demonstraram preocupação com possíveis questionamentos, denúncias ou conflitos decorrentes da mediação de situações envolvendo o corpo e as manifestações afetivas das crianças. Nesse sentido, a insegurança não derivava exclusivamente da falta de conhecimento teórico, mas da percepção de vulnerabilidade institucional.

Observou-se que, diante de situações como curiosidades corporais, toques entre colegas ou perguntas sobre diferenças anatômicas, a intervenção docente tendia a ser breve, contida e, por vezes, redirecionada para outros assuntos considerados mais seguros. Essa postura indicava a presença de um silenciamento pedagógico que não se manifestava como negação da sexualidade, mas como limitação discursiva diante do receio de ultrapassar fronteiras socialmente sensíveis.

À luz das contribuições de Foucault (1976), esse movimento pode ser compreendido como efeito de um dispositivo de poder que regula não apenas os corpos infantis, mas também os discursos docentes. A escola, enquanto espaço institucional, produz regimes de verdade que definem o que pode ser dito, como deve ser dito e sob quais condições. Assim, o medo relatado pelas participantes não se constitui como elemento individual isolado, mas como expressão de uma rede de discursos sociais que associam sexualidade infantil a risco moral, controvérsia pública e possível responsabilização institucional.

Esse cenário produz uma tensão contínua entre a ética do cuidado, frequentemente mencionada pelas docentes, e a necessidade de autopreservação profissional. O resultado é uma atuação marcada por prudência excessiva, na qual a sexualidade é reconhecida como dimensão do desenvolvimento, mas raramente explorada em sua complexidade afetiva e relacional. A ênfase desloca-se para o controle e para a prevenção, enquanto aspectos relacionados à construção

da identidade corporal, à afetividade e à diversidade permanecem à margem das práticas pedagógicas.

Desse modo, o silenciamento identificado não se configurou como ausência absoluta de intervenção, mas como modulação discursiva orientada pelo medo. Trata-se de um silêncio que organiza a prática, delimita os contornos do possível e redefine a atuação docente a partir da lógica da contenção. Tal constatação evidencia que enfrentar a temática da sexualidade na Educação Infantil exige não apenas ampliação do repertório teórico, mas também fortalecimento institucional que ofereça segurança e respaldo às práticas pedagógicas.

A articulação entre os dados apresentados nos tópicos anteriores permite compreender que a mediação docente da sexualidade infantil no contexto investigado não se organiza em termos de aceitação ou rejeição simples, mas se constitui como campo de tensão permanente. De um lado, observa-se o reconhecimento da importância da temática, especialmente sob o prisma da proteção e da garantia de direitos. De outro, emergem o medo, a insegurança e a cautela excessiva, que produzem limites discursivos e práticas marcadas pela contenção.

Essa ambivalência revela que a sexualidade infantil ocupa um lugar instável no espaço escolar. Ela é legitimada quando vinculada à prevenção da violência e ao cuidado com a integridade da criança, mas se torna sensível e potencialmente conflituosa quando associada à afetividade, à curiosidade corporal e às interações espontâneas entre pares. Assim, a escola reconhece a sexualidade como dimensão do desenvolvimento, porém a mantém sob vigilância simbólica e normativa.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da noção foucaultiana de dispositivo, entendido como rede de práticas, discursos e saberes que organizam determinados campos da experiência social. A sexualidade infantil, nesse sentido, não é apenas um tema pedagógico, mas um campo regulado por discursos morais, jurídicos e institucionais que delimitam o que pode ser dito, como deve ser mediado e até onde o professor pode avançar. A atuação docente passa, então, a ser atravessada por mecanismos de autocontrole, nos quais o cuidado se aproxima do controle e a proteção convive com a contenção.

Não se trata de afirmar que as professoras investigadas promovam práticas repressivas deliberadas. Ao contrário, os dados evidenciam compromisso ético com a integridade e o bem-estar das crianças. Entretanto, esse compromisso é tensionado por um contexto social que associa sexualidade infantil a polêmica, risco moral e possível responsabilização institucional. A

prudência torna-se, portanto, estratégia de sobrevivência profissional, e o silêncio passa a operar como forma de regulação preventiva.

Nesse cenário, a sexualidade infantil configura-se como campo de disputa entre diferentes regimes de verdade. Enquanto as políticas educacionais e os marcos legais reconhecem a criança como sujeito de direitos, incluindo o direito ao desenvolvimento integral, discursos sociais mais conservadores tendem a restringir a abordagem do tema no espaço escolar. A prática docente situa-se, assim, no entre-lugar dessas forças, oscilando entre a ética do cuidado e a necessidade de autopreservação.

A compreensão dessa tensão é fundamental para evitar análises simplificadoras que atribuam exclusivamente às professoras a responsabilidade pelo silenciamento identificado. O que se evidencia é um processo mais amplo de regulação discursiva que atravessa a escola enquanto instituição. Superar tal cenário implica não apenas ampliar a formação docente, mas também construir respaldo institucional e clareza normativa que garantam segurança para uma mediação pedagógica ética, crítica e comprometida com o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, a sexualidade infantil não aparece, na pesquisa realizada, como temática ignorada, mas como dimensão reconhecida sob condições específicas e regulada por limites discursivos bem definidos. Compreender essas condições é passo essencial para a construção de práticas educativas que avancem para além da lógica exclusiva da prevenção, incorporando o cuidado, o respeito e a formação da autonomia como princípios estruturantes da Educação Infantil.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a abordagem da sexualidade infantil na Educação Infantil não se configura como ausência ou negação absoluta, mas como campo atravessado por tensões discursivas, institucionais e formativas. Longe de ser temática marginal, a sexualidade mostrou-se presente no cotidiano escolar investigado, especialmente quando associada à proteção da criança e à prevenção de situações de violência. Entretanto, os dados revelaram que essa presença é regulada por limites discursivos marcados pelo medo, pela insegurança e pela cautela profissional.

Os resultados indicaram que as docentes reconhecem a sexualidade como dimensão do desenvolvimento infantil, porém a legitimam prioritariamente quando vinculada ao discurso

preventivo. Tal centralidade da proteção evidencia compromisso ético com a integridade das crianças, mas também revela a redução da temática à lógica do risco. Manifestações espontâneas de curiosidade corporal, expressões de afeto entre pares e questionamentos sobre diferenças anatômicas tendem a ser mediadas com contenção, brevidade ou redirecionamento, evidenciando a presença de um silenciamento pedagógico orientado pela autopreservação.

Essa dinâmica permitiu identificar que o silêncio não se constitui como simples omissão, mas como estratégia reguladora produzida no interior de um contexto social que associa sexualidade infantil a controvérsia moral e possível responsabilização institucional. À luz das contribuições foucaultianas, foi possível compreender que a atuação docente se inscreve em um regime discursivo que delimita as condições do dizer e do agir no espaço escolar. O cuidado, nesse cenário, aproxima-se do controle, configurando uma tensão constante entre proteção, ética profissional e contenção discursiva.

A pesquisa evidenciou que superar essa tensão exige mais do que boa vontade individual ou iniciativas isoladas. Torna-se imprescindível fortalecer a formação docente, ampliar o respaldo institucional e construir orientações claras que ofereçam segurança às professoras para mediar a temática com responsabilidade e respaldo pedagógico. Sem esse suporte, a tendência é que a sexualidade permaneça reconhecida apenas sob o prisma da prevenção, restringindo a construção de práticas que contemplem também a afetividade, a identidade corporal e o desenvolvimento integral da criança.

Educar para o corpo e para o cuidado, nesse contexto, não significa introduzir conteúdos inadequados ou promover erotização precoce, mas assegurar que a escola cumpra seu papel formativo de maneira ética, dialógica e fundamentada. Trata-se de reconhecer a criança como sujeito de direitos e de experiências corporais legítimas, ao mesmo tempo em que se garante proteção, limites e respeito mútuo. Assim, a sexualidade infantil deixa de ocupar o lugar do tabu e passa a ser compreendida como dimensão constitutiva da infância, cuja mediação pedagógica requer formação crítica, respaldo institucional e compromisso com a dignidade humana

REFERÊNCIAS

- Abramowicz, A. (2011). *Infância e sexualidade: desafios para uma pedagogia do cuidado*. Cortez.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. LTC.
- Aranha, M. L. de A. (2003). *Filosofia da educação*. Moderna.

- Base Nacional Comum Curricular – BNCC. (2017). Educação Infantil e Ensino Fundamental. MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2025.
- Bento, B. (2006). *Sexualidade e escola: o silêncio como pedagogia*. Autêntica.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Vozes.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. (19), (20–28).
- Corrêa, M. (2003). Corpo, sexualidade e educação. Em Lopes, A. C.; Macedo, E. (Ed.). *Currículo: debates contemporâneos*. (65-77). Vozes.
- Foucault, M. (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal.
- Freud, S. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Imago.
- Gallo, S. (2003). Ética e sexualidade: o cuidado de si como prática pedagógica. Em Junqueira, R. (Ed.). *Diversidade sexual na escola: o que os professores precisam saber*. (51–60). Ministério da Educação.
- Jung, C. (2004). Sexualidade infantil: um tema delicado na educação. *Revista Educação & Sociedade*. 25(86), 27–45.
- Kleiman, M. (2006). Sexualidade infantil na escola: desafios e possibilidades pedagógicas. Em Soares, L. (Ed.). *Educação sexual e infância: novos olhares*. (59–73). Summus.
- Leite, M. P. G. (2003). Sexualidade, infância e educação: uma abordagem ética. Em Louro, G. L. (Ed.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (110–120). Autêntica.
- Louro, G. L. (2000). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Oliveira, V. M. C. de. (2012). Educação e sexualidade na infância: entre o cuidado e o reconhecimento. Em Menezes, P. (Ed.). *Infância e educação: políticas, saberes e práticas*. (89–101). DP&A.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., Olds, S. W. (2010). *Desenvolvimento humano*. Artmed.
- Saporiti, A. G. (2008). Sexualidade infantil e políticas de silêncio: reflexões para a educação sexual. Em Louro, G. L. (Ed.). *Sexualidade e saberes: convites à leitura*. (93–104). Autêntica.
- Silva, T. T. da. (2010). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Autêntica.